

Navegando pela inclusão e equidade na Década do Oceano

» MALU NUNES

Diretora executiva da Fundação Grupo Boticário e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza

» JULIAN BARBIÈRE

Coordenador Global da Década do Oceano e chefe da seção de Política Marinha e Coordenação Regional da Unesco-COI

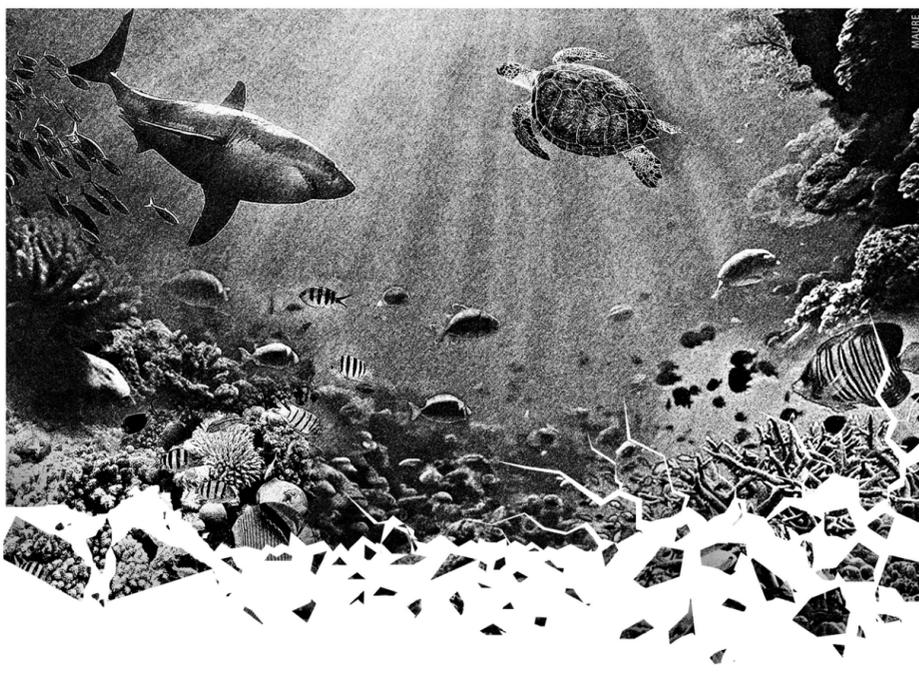
Se o mar é constantemente usado nas artes como metáfora para descrever os complexos sentimentos humanos, o oceano pode ser visto como um símbolo de diversidade e inclusão. Esse gigante abriga a maior biodiversidade do planeta, é responsável pela regulação do clima, acolhe culturas tradicionais ao longo das suas costas e sustenta atividades econômicas vitais. Conecta continentes, atuando como um elo natural que une as nações.

Contudo, a situação dos vastos e intrincados ecossistemas do oceano está mais crítica que nunca para a saúde do nosso planeta e para o nosso futuro. Face aos crescentes desafios ambientais, a ciência que procura compreender e proteger os ambientes marinhos e as comunidades que deles dependem tem sido historicamente moldada por um estreito leque de vozes.

A Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2021-2030 (Década do Oceano), liderada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco (Unesco-COI), tem o ambicioso objetivo de “catalisar soluções transformadoras da ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável”. Mas a pesquisa no ambiente marinho enfrenta obstáculos consideráveis. Disparidades históricas e crescentes no acesso a recursos financeiros e infraestrutura científica limitam a capacidade de muitos países em participar plenamente da ciência oceânica. A escassez de financiamento, a falta de embarcações e equipamentos adequados e a dificuldade de acesso a áreas remotas são barreiras significativas.

O Relatório Global da Ciência Oceânica 2020 da Unesco-COI revela disparidades gritantes na produção da ciência oceânica. De acordo com a publicação, as mulheres têm participação inferior a 40% nos trabalhos científicos globais sobre oceano, número que cai significativamente em cargos de liderança. Além disso, a ciência oceânica está predominantemente concentrada nos países desenvolvidos, com a grande maioria dos centros de pesquisa localizados na Europa e na América do Norte.

O emblemático Relatório sobre o Estado do Oceano 2024 destaca ainda mais essas desigualdades trazendo que comunidades indígenas e locais, apesar do seu conhecimento profundo e tradicional sobre os ecossistemas marinhos, seguem sub-representadas diante da ciência



oceânica. Essa exclusão não só prejudica a inovação científica, mas também enfraquece nossa capacidade coletiva de responder aos desafios relacionados ao oceano com estratégias culturalmente sensíveis e eficazes.

Segundo as pesquisadoras brasileiras Jana Menegassi del Favero e Mariana Martins de Andrade, em artigo na revista Ciência e Cultura, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para transformar essa realidade, é preciso adotar uma abordagem que priorize a equidade, implementando uma governança inclusiva e um planejamento de longo prazo que considere a justiça geracional.

Promover maior participação das mulheres é um exemplo do que podemos fazer para garantir a diversidade e a inclusão na cultura oceânica. Quando tratamos de algumas das principais atividades econômicas no mar — geração de energia, exploração mineral, pesca e aquicultura, construção e reparação naval —, vemos novamente ambientes majoritariamente masculinos.

No que diz respeito à pesca, embora a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estime que 79% dos pescadores no mundo sejam homens, no Brasil, levantamento recente do governo federal mostrou que 49% são mulheres. Em cinco estados, elas são maioria (Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Alagoas).

Vale destacar também que, na costa

brasileira, que se estende por 8.500 quilômetros, há uma rica diversidade de comunidades pesqueiras tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas, marisqueiros e catadores de caranguejo.

Se quisermos alcançar um oceano mais saudável e resiliente até 2030 e, mais além, sem deixar ninguém para trás, temos de continuar identificando e removendo sistematicamente barreiras à diversidade geracional, geográfica, de gênero e de conhecimento.

Embora tenham sido feitos bons progressos desde o lançamento da Década, em 2021, são necessários esforços adicionais. Todas as partes interessadas — cientistas, tomadores de decisão, comunidades costeiras, indústria, setor privado e sociedade civil — devem estar ativamente envolvidas na definição e implementação de soluções.

Nesse espírito de colaboração, representantes de cerca de 30 fundações globais se reuniram no Rio de Janeiro, nesta semana, sob as premissas da Década do Oceano, para definir ações práticas para potencializar recursos a favor da saúde oceânica, tapando lacunas de financiamento, apoiando vozes sub-representadas e promovendo soluções equitativas para a conservação do oceano. Somente adotando uma abordagem verdadeiramente inclusiva poderemos aproveitar a experiência coletiva e o compromisso necessários para criar um oceano próspero e resiliente que beneficie a todos.

Beleza negra

» DEISE NUNES

Miss Brasil 1986

Sou Deise Nunes — mulher preta, gaúcha, natural de Porto Alegre, casada com Lair Ferst, mãe do Pedro e da Júlia, avó da Livia e, em 1986, feito inédito, fui eleita Miss Brasil. Iniciei nos concursos de beleza aos 9 anos, quando participei do Miss Simpatia na escola em que estudava. Era um concurso em que tínhamos que vender votos. Quem vendesse mais seria a representante da escola. Como vendi mais votos que as demais concorrentes, tornei-me miss da escola em 1977. Aos 14 anos, comeci na carreira de modelo. A primeira chance me foi dada pelas Malhas Elaine. Lembro-me como se fosse hoje a tensão que senti ao desfilar pela primeira vez.

Em 1983, minha mãe, Ana Maria Nunes, conseguiu minha bolsa em uma escola particular. Fui escolhida pela turma para rainha do Colégio Santa Inês. Fiquei como primeira princesa e me senti muito satisfeita. Na época, fazia parte do time de basquete da escola. Como a rainha da escola não iria poder representar a escola no Miss Umespa (União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre), o grêmio propôs que eu substituísse a rainha. Hesitante, consultei minha mãe: “É lógico que tu vais representar a escola nesse concurso”.

O Miss Umespa foi realizado num grande clube de Porto Alegre. Eram várias candidatas, cada uma representando sua escola. Foi quando me tornei miss Umespa 1983. Nesse mesmo ano, participei do concurso Miss Mulata Zona Sul, em Santa Vitória do Palmar, representando a cidade de Arroio Grande. Fiquei como 1ª princesa. Aos 16 anos, em 1984, fui eleita rainha das

piscinas do Sport Club Internacional e rainha das piscinas do Rio Grande do Sul. Foi aí que experimentei o dissabor da discriminação racial. Foi a pior sensação que senti, pois não tive reação, pegando-me completamente de surpresa. Em razão disso, decidi que não queria mais participar de concursos de beleza. Não tinha porque eu dar minha cara a tapa e me expor assim.

Disse a minha mãe que não queria mais participar desses concursos, que iria focar nos estudos porque meu sonho era ser médica e sabia que a carreira de modelo não duraria tanto tempo. Mas ela não me deu ouvidos. Recordou o que havia dito a minha madrinha quando ela me visitou recém-nascida: “Toma aí a tua afilhada e futura Miss Brasil”. Ela viu uma chamada no SBT dizendo que as inscrições para o Miss Rio Grande do Sul estavam abertas, e que as interessadas poderiam ir até o SBT para se inscrever. Como ela sabia todas as minhas medidas e tinha fotos minhas, foi até a emissora e fez a inscrição sem que eu soubesse.

Quando soube que estava inscrita e tinha sido selecionada para participar de uma das etapas do Miss Rio Grande do Sul 1986, lembro que disse pra minha mãe que não iria, que tinha avisado que não queria mais participar de concursos de beleza. Mas, naquela época, não discutíamos com os pais. Então, ela me disse: “Tu vais porque eu já dei a minha palavra e foste selecionada para participar da seletiva”. Não tive saída e acatei a decisão. Passei pela primeira etapa, fui classificada para a final.

Para minha surpresa, fui eleita por unanimidade como Miss Rio Grande do Sul 1986,

representando a cidade de Canela. No mesmo ano, fui eleita Miss Brasil, aos 18 anos de idade. Daí, representando o Brasil fiquei em terceiro lugar e ganhei melhor traje típico no Miss Sudamérica, concurso que foi realizado na Venezuela e, depois, em sexto lugar e segundo melhor traje típico no Miss Universo, realizado no Panamá.

O Miss Brasil abriu-me muitas portas. A partir dali, conheci quase todo o Brasil e viajei ao exterior a trabalho. Fiz vários trabalhos na televisão como apresentadora dos programas *Papos e Pratos* e *Terceiro Setor*. Participei da abertura da novela *Brega e Chique*, fui jurada do *Cassino do Chacrinha*, participei do programa *Os Trapalhões* e atuei no último capítulo da série *Tarcísio e Glória*, além de gravar dois clips com o Agepê para o *Fantástico*.

Como deu para perceber, minha vida mudou muito depois do Miss Brasil. Sou fruto da classe média baixa. Minha mãe foi lavadeira e meu pai trabalhava na companhia de energia. Não tive moleza. Tudo era batalhado, suado, mas nunca faltou nada em casa.

Hoje, faço vários eventos como mestre de cerimônias e também sou palestrante. Acredito que minha história de vida pode inspirar muita gente. Não podemos desistir no primeiro obstáculo. Precisamos perseverar e seguir em frente para alcançar o que queremos.

Atualmente dirijo a Deise Nunes Escola de Modelos, cujo objetivo é formar profissionais para a área da moda. Além do curso de modelo, a escola possui cursos preparatórios para concursos de beleza.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O juízo do juiz

Há uma questão de grande importância a ser colocada no contexto atual do nosso país que poderia servir para uma reflexão e, quem sabe, para uma retomada de caminho e de comportamento de nossa classe de juizes. Eis a indagação: O que faz de um magistrado um juiz exemplar?

No imaginário popular, um juiz é alguém dotado não apenas do conhecimento das leis e dos alfarrábios jurídicos, mas, sobretudo, da virtude de interpretá-los e usá-los segundo a realidade dos fatos e da pessoa ou situação humana, objeto da análise.

Como premissa dessa questão é preciso estabelecer que uma pessoa de má índole jamais poderá ser um bom profissional, em qualquer área que atue. Essa máxima serve também para juizes. Em outras palavras, é possível afirmar que o que faz de um magistrado um bom e justo juiz é sua capacidade de se colocar no lugar do outro, ou sua capacidade de jamais se afastar de tudo o que é humano.

Mais do que em outras profissões, o juiz tem em mente que tudo o que é humano lhe interessa e o aflige humanamente. A propósito, mais do que palavras, vale a pena buscar exemplos vivos desse modelo de juiz. Vejam o caso exemplar do juiz americano Frank Caprio, conhecido mundialmente pelo programa *Caught In Providence*, em que julga infrações de trânsito em sua cidade.

Em uma entrevista recente, falando de seus mais de 40 anos como juiz, ele lembrou da ocasião em que, no seu primeiro dia de julgamento, levou, todo orgulhoso, seu pai para assisti-lo. O caso envolvia uma jovem, mãe de três filhos e que simplesmente alegou que não poderia pagar a multa de trânsito, porque não tinha condições financeiras. Caprio, não gostando da resposta pronta da jovem mãe, condenou-a a pagar a multa.

Terminada a sessão da Corte, o jovem juiz quis saber de seu pai o que ele achou de seu veredito firme e racional. Em resposta, seu pai o repreendeu. Em seu primeiro dia como juiz, não teve olhos para a situação e realidade daquela mãe acuada e com três filhos para cuidar. A partir daquele episódio inesquecível, Frank Caprio tomou a postura que hoje o faz ser mencionado como “o melhor juiz do mundo” — ou seja, um juiz que não deixa que a capa de juiz lhe roube a condição fundamental de humanidade.

Os casos são acompanhados pelos mais abatidos de todo o mundo que enviam cheques para que o juiz justo dê aos que precisam. São mulheres que avançam o sinal por causa de violência doméstica, um senhor de 90 anos que estacionou o carro em área proibida porque não tinha condições de carregar o filho de 60 anos fraco com o tratamento contra o câncer.

Aos juizes, mais do que qualquer outro atributo, cabe-lhe o juízo, essa condição humana que faz com que os seres humanos se harmonizem. Quando alguns juizes ficam alheio às forças vivas da sociedade, é porque pelo menos uma parte dos magistrados perdeu o contato com uma realidade maior do que aquela circunscrita dos gabinetes.

Toda essa questão a chamar a atenção para o Poder Judiciário vem não só a propósito da excessiva e espetacular exposição dos juizes da mais Alta Corte do país nos últimos anos, mas, sobretudo, por um detalhe que passou a chamar a atenção de todos e que foi confirmado pelos próprios magistrados: a incorporação dos matizes, da linguagem e das posturas políticas à corte. Quando a população e até parte da imprensa começa a suspeitar que a Suprema Corte tem adentrado por caminhos políticos em suas deliberações, é porque esse comportamento chamou a atenção do público por tê-lo atingido diretamente.

Para boa parte dos parlamentares, a Alta Corte vem demonstrando, seguidamente, um comportamento puramente político em suas decisões. Estudos feitos, recentemente pela AtlasIntel, demonstram que a maioria dos brasileiros vê motivação política nas decisões do Supremo. Isso é mais do que sintomático e requer uma retomada do caminho constitucional que cabe à essa Corte.

»A frase que foi pronunciada:

“A minha luta é uma luta da verdade contra a mentira, do conhecimento contra a ignorância, da luz contra as trevas. Pretendo criar a era da convicção, da verdade, da decência, da dignidade, da confiança, do preparo, do conhecimento, da inteligência, da ciência e do entusiasmo.”

Enéas Carneiro

Atesta CFM

» Até março de 2025, a plataforma Atesta CFM deverá ser, obrigatoriamente, utilizada por trabalhadores que usarem atestados médicos para justificar faltas. O site está disponível com as explicações detalhadas aos médicos, trabalhadores e empresas.

»História de Brasília

Ainda está em Brasília o dr. Vinícius, que veio fazer um levantamento geral da situação do Iappesp. O dr. Vinícius procurará, certamente, a Urvacap para saber porque não foi feita até agora a urbanização da 104 e 304 (Publicada em 17/4/1962)